

O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL : TESSITURAS ENTRE INCLUSÃO, TEORIAS, PRÁTICAS E LUDICIDADE

Billy de Almeida Andrade Filho¹

Ana Carolina Borges Pinheiro²

RESUMO

O presente estudo teve origem em uma investigação realizada nas disciplinas de Estágio em Educação Infantil I, II e Educação e Ludicidade, desenvolvida como avaliação parcial dessas disciplinas, ministradas pela Professora Igora Dacio, no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, campus Belém, no período de agosto a dezembro de 2022, sendo uma disciplina fundamental para a formação do êthos docente. O local de pesquisa foi a Escola Municipal de Educação Infantil Professora Lúcia Soares Castro, no município de Belém/PA. O objetivo foi analisar as garantias da educação inclusiva na escola do município de Belém - PA, por meio do estágio supervisionado (disciplina obrigatória) na referida escola de educação infantil e como contribuir com possibilidades lúdicas inclusivas. A análise se baseou na seguinte questão norteadora: Como as aproximações entre teoria e prática, utilizando a ludicidade como ferramenta pedagógica, podem auxiliar a educação inclusiva? Para responder a essa questão, o estudo se apoiou inicialmente na observação de campo, pesquisa bibliográfica e documental, e utilizou um formulário como instrumento de pesquisa. O estudo foi fundamentado nos postulados teóricos de Freire, Vygotsky, entre outros, além da LDB e BNCC. Para fins de intervenção pedagógica, foram planejados e confeccionados brinquedos pedagógicos para a sala de recursos da escola campo. Constatamos que ainda há muito a ser feito para a promoção da educação inclusiva, principalmente na Educação Infantil, e que as lacunas entre teoria e prática continuam a persistir.

Palavras-chave: Estágio na Educação Infantil, Teoria e Prática, Educação Inclusiva, Formação de Professores, Ludicidade.

INCURSIONANDO PELO OLHAR DIALÓGICO:

A educação, ao longo da história, teve que se adaptar às demandas sociais, políticas e culturais, tanto para atender a diferentes interesses quanto para promover a disseminação de conteúdos historicamente e cientificamente acumulados. Pensar em uma formação inicial e continuada para a educação inclusiva exige clareza sobre as diferenças, compreendendo que os indivíduos assimilam o conhecimento de maneiras

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, billy.filho@iced.ufpa.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, carolinabpv@gmail.com;

distintas, utilizando estratégias variadas, o que torna impossível prever como, quando ou quanto cada um aprenderá. No entanto, podemos criar estratégias para incentivar o desenvolvimento pleno, pois, como educadores, somos mediadores desse processo ao longo da vida.¹

A formação inicial de professores tem passado por diversas mudanças. Nesse contexto, o estágio supervisionado se caracteriza por meio de atividades teórico-práticas que oferecem a oportunidade de conhecer, refletir e intervir na realidade de um determinado lócus educativo, em consonância com a formação acadêmica. Nesse caso, de acordo com Daibem a formação inicial constitui:

plano de estudos, debates, exercícios de diagnósticos, planejamento, execução, avaliação e documentação da prática pedagógica, metodologicamente norteados pela reflexão, ação, reflexão, constituem procedimentos indispensáveis para a formação inicial e contínua dos educadores que superando modelos formativos meramente instrumentais, respondendo então a um modelo propositivo e participativo. (apud Zatanna; Capellini, 2018, pág. 10).

Ao debater sobre o estágio na formação do Pedagogo, Mello (2014) elucida que compromisso assumido pelo estágio supervisionado foi o de analisar os processos registrados nos estágios de observação retomando as disciplinas cursadas anteriormente como instrumento de compreensão da realidade escolar no seio da sociedade (Mello, 2014, p. 14). Dessa forma, a disciplina se apresenta como um dos elementos chave para a formação docente, pois esse espaço precisa assumir um papel que possibilite o contato com várias nuances das condições de aprendizagem na educação infantil, como um processo de formação dialética com a realidade, valorizando a heterogeneidade social presente em todos os âmbitos escolares.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Lúcia Soares Castro, localizada no município de Belém/PA. A abordagem metodológica utilizada foi de cunho qualitativo e de natureza aplicada, além de se utilizar de revisão bibliográfica, visando produzir dados relevantes sobre as aproximações entre teoria, prática e ludicidade na perspectiva inclusiva na educação infantil. Partimos inicialmente da observação que possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado (Lüdke et al., 1986, p. 26). Após a mensuração dos dados obtidos, buscamos fundamentar a pesquisa por meio de um levantamento teórico e uma nova coleta de dados, utilizando um formulário como instrumento de investigação. Por fim, foi realizada a análise dos resultados, constituída pelo procedimento qualitativo dos dados obtidos, respeitando o princípio de sigilo científico. Esses resultados foram

essenciais para a elaboração do texto final deste estudo.

TEORIA VS PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: VERBALISMO, ATIVISMO OU AÇÃO TRANSFORMADORA?

Trabalhar com a Educação Infantil, a base do desenvolvimento humano, exige um olhar atento para a criança, reconhecendo sua importância e particularidades. A Educação Infantil pode ser vista como a fase inicial da educação básica e deve ser oferecida em creches e pré-escolas, em ambientes institucionais públicos ou privados, para crianças de 0 a 5 anos de idade, ocorrendo no período diurno ou podendo ocorrer em tempo integral, sob regulação e supervisão de um órgão competente do sistema da educação e que esteja submetido a controle social (Brasil, 2010). Sendo um direito público subjetivo, de acordo com o Art. 208 da Constituição Federal (1988), a educação deve ser garantida pelo Estado a todos os cidadãos, sem discriminação. No entanto, no que diz respeito à pessoas com deficiência, a inclusão está longe de ser uma realidade, visto que muitas crianças ainda são segregadas do espaço escolar, por terem alguma necessidade especial ou algum transtorno, ainda que recentemente tenha sido promulgado o Decreto de Nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementar programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2020).

Esse atendimento mais eficaz e sensível ao público da educação inclusiva pode ser alcançado por meio da formação continuada, que, de acordo com a LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, deve ser promovida em regime de colaboração pela União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios. Estes são responsáveis pela formação inicial, continuada e pela capacitação dos profissionais do magistério. Percebemos, então, a necessidade de que professores e crianças se sintam confortáveis em um ambiente acolhedor, destacando a importância do acolhimento na relação entre professor e aluno, permitindo que a práxis docente vivencie um ciclo gnosiológico. Assim, é imprescindível questionar políticas que se restrinjam apenas aos espaços acadêmicos, sem relação com a realidade, pois estas precisam possibilitar uma ação

transformadora que provoque a práxis pedagógica.

CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA

A prática lúdica auxilia a possibilitar diversas maneiras inovadoras de como podemos utilizar as tecnologias em favor da educação. É válido ressaltar que, a ludicidade pode ser entendida com os estudos da psicomotricidade:

Reconhecida como um aspecto da psicofisiologia do comportamento humano, sendo uma atividade ou técnica importante para a obtenção de resultados práticos positivos para que o indivíduo se relacione com seu corpo, sua mente e seu mundo circundante” (Athayde, 2018, p.5).

A ludicidade auxilia não apenas nos aspectos educacionais, mas também no desenvolvimento psicomotor, sendo extremamente relevante para o desenvolvimento humano, incluindo as necessidades básicas da personalidade, corpo e mente. Erroneamente subestimada pelos adultos, a prática lúdica contribui para o desenvolvimento psicomotor, afetividade, respeito e socialização. Dessa forma, a ludicidade e a utilização das tecnologias como meios de apoio ao processo educativo são frequentemente vistas apenas como formas de lazer, diversão e brincadeiras.

No entanto, não se percebe que o processo educativo pode ser prazeroso e divertido, pois "a brincadeira dá à criança uma nova forma de desejos, ou seja, ensina-a a desejar, relacionando o desejo com o ‘eu’ fictício, ou seja, com o papel da brincadeira e a sua regra" (Vygotsky, 2008, p. 32-3). Durante a brincadeira, a criança realiza seus maiores sonhos que, "amanhã, se transformarão em seu nível médio real, em sua moral" (ibidem).

Diante disso, os professores que se propõem a atualizar suas práticas, buscando constantemente métodos e adaptações, também precisam ser valorizados para que tenham tempo de se atualizar. Assim, em seus processos educativos, devem compreender que a prática lúdica facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, proporciona uma boa saúde mental, desperta um estado interior fértil, induz à comunicação e expressão, à socialização, às relações interpessoais e à construção do conhecimento e sensibilidade (Athayde, 2018, p. 4). Para isso, o docente precisa romper os paradigmas que restringem e limitam sua práxis pedagógica. A prática lúdica utiliza jogos, brinquedos e brincadeiras com fins educativos. O brinquedo ou jogo educativo, com finalidade pedagógica, nos ajuda a compreender sua importância para os momentos de educar, bem como para o desenvolvimento infantil

(Kishimoto, 2017). Ademais, de acordo com Kishimoto a

A brincadeira possui grande relevância na aprendizagem, por conta disso, deve ser valorizada e incentivada, com a brincadeira as crianças podem conferir novos significados aos elementos da realidade vivenciados em seu cotidiano, podendo expor o seu modo compreendê-lo. Sendo assim, a escola deveria procurar explorar ainda mais o contexto do brincar, buscando formas de fazer com que esse seja traduzido em conhecimento, ofertando materiais, espaços e recursos que façam com que a brincadeira seja ainda mais enriquecedora, servindo como um elemento da atividade lúdica onde o aluno cria e recria suas emoções, sentimento e conhecimentos, gerando um ambiente compatível com os anseios e necessidades de cada criança (Kishimoto, 1994, p. 19).

Portanto, a brincadeira, a ludicidade auxilia a práxis pedagógica de uma maneira atual e inovadora, porém nem todos têm acesso a essas tecnologias. A ludicidade pode ser o meio que agrega uma multidisciplinaridade da educação e a tecnologia, ela está presente nos espaços mais privilegiados e devemos pensar em como pode chegar aos espaço daqueles grupos desfavorecidos, transformando o processo de educação a partir de princípios histórico dialético, crítico e emancipador em qualquer etapa da educação.

HORA DA CRIAÇÃO: OS BRINQUEDOS PARA SALA DE RECURSOS

Equivocadamente, a infância é compreendida a partir da subjetividade, das experiências pessoais de infância ou das perspectivas mais próximas sobre ela. No entanto, existem múltiplas infâncias que escapam dessa visão subjetiva.. Nesse sentido, um exemplo disso são as crianças com deficiência, que também têm direito à educação. Por outro lado, na realidade ainda encontram exclusões e invisibilidades. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, sendo dever do Estado garanti-lo. Além disso, determina que é obrigação do Estado a garantia “para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2017), em salas especializadas, no ambiente escolar ou serviços de atendimento especializados desde a educação infantil. Para que a inclusão se torne uma realidade, é necessário considerar tecnologias que realmente garantam a permanência das crianças com deficiência no ambiente escolar. Uma alternativa seria o uso de jogos e brinquedos pedagógicos, pois incluem materiais didático-pedagógicos e práticas lúdicas mais atrativas para as crianças. Utilizar brinquedos e jogos como

recurso pedagógico é extremamente importante pois: "a observação atenta descobriu há muito tempo que [o jogo] aparece invariavelmente em todas as etapas da vida cultural dos povos mais diversos e, portanto, representa uma peculiaridade insuperável e natural da condição humana" (Vygotsky, 2003, p.105). Além disso,

[...]ainda que se possa comparar a relação brinquedo-desenvolvimento à relação instrução-desenvolvimento, o brinquedo proporciona um campo muito mais amplo para as mudanças quanto a necessidades e consciência. A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação de propósitos voluntários e a formação de planos de vida reais e impulsos volitivos aparecem ao longo do brinquedo, fazendo do mesmo o ponto mais elevado do desenvolvimento pré-escolar. A criança avança essencialmente através da atividade lúdica. Somente neste sentido pode-se considerar o brinquedo como uma atividade condutora que determina a evolução da criança (Vygotsky, 1991, p.156).

Conforme consta na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: "O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação das crianças, considerando as suas necessidades específicas" (Brasil, 2007, p. 16). Em consonância a Vygotsky:

Na brincadeira, a criança está sempre acima da média da sua idade, acima de seu comportamento cotidiano; na brincadeira, é como se a criança estivesse numa altura equivalente a uma cabeça acima da sua própria altura. A brincadeira em forma condensada contém em si, como na mágica de uma lente de aumento, todas as tendências do desenvolvimento; ela parece tentar dar um salto acima do seu comportamento comum. [...] A brincadeira é fonte do desenvolvimento e cria a zona de desenvolvimento iminente. A ação num campo imaginário, numa situação imaginária, a criação de uma intenção voluntária, a formação de um plano de vida, de motivos volitivos - tudo isso surge na brincadeira, colocando-a num nível superior de desenvolvimento, elevando-a para a crista da onda e fazendo dela a onda decúmana do desenvolvimento na idade pré-escolar, que se eleva das águas mais profundas, porém relativamente calmas. (Vygotsky, 2008, p. 35)

Nesse contexto, através da brincadeira a criança se desenvolve. No entanto, ao considerar jogos e brincadeiras, é fundamental que sejam inclusivos para todas as crianças na turma ou sala. Na perspectiva da educação inclusiva, a sociabilização é crucial para integrar todas as crianças presentes e garantir um ambiente de qualidade e empatia para todos, promovendo assim a educação inclusiva que pode ser estimada como

sendo o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino com a finalidade de adequar a realidade das escolas à realidade do educando, onde essa deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno deve ser rejeitado por parte das escolas. Nesse caso, as escolas passam a ser denominadas de inclusivas a partir do

momento em que decidem aprender com os educandos que deve ser eliminado, mudando substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, para que cada aluno possa aprender de acordo com seu estilo de aprendizagem, fazendo uso de suas múltiplas inteligências (Sassaki, 2013, p.15).

Em vista disso, pensando em um conjunto de princípios e procedimentos, foram criados e doados para sala de recursos, da referida escola campo, brinquedos pedagógicos que para auxiliar os professores especializados em educação especial. O primeiro brinquedo entregue a Sala de Recursos pode ser utilizado para trabalhar a coordenação motora fina e grossa com intuito de promover autonomia, pois a “pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade, à própria autonomia do educando” (Freire, 1996, p. 16). Este brinquedo específico foi confeccionado utilizando material reciclável (tampas de garrafas PET e tampas de potes de sorvete). Ele foi desenvolvido durante o estágio em Educação Infantil, como parte da iniciativa da "Oficina de Brinquedos e Jogos para a Sala de Recursos". Este brinquedo permite que as crianças desenroscuem as tampas, promovendo o aprimoramento da coordenação motora fina e da coordenação olho-mão, além de exercitar a força necessária para o movimento de pinça. O primeiro passo foi uma conversa com a professora da Sala de Recursos, que apresentou vários brinquedos e suas funcionalidades, orientando os estagiários a criarem este projeto. O brincar enquanto brincando a criança faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e, ao mesmo tempo, aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se às regras e, por conseguinte, renunciando ao que ela quer. (Vigotski, 2007, p. 117 e 118).

Durante a observação atenta descobriu há muito tempo que o jogo aparece invariavelmente em todas as etapas da vida cultural dos povos mais diversos e, portanto, representa uma peculiaridade insuperável e natural da condição humana (Vigotski, 2003, p.105). Isto é, Este brinquedo específico foi confeccionado utilizando material reciclável (tampas de garrafas PET e tampas de potes de sorvete). Ele foi desenvolvido durante o estágio em Educação Infantil, como parte da iniciativa da "Oficina de Brinquedos e Jogos para a Sala de Recursos". Este brinquedo permite que as crianças desenroscuem as tampas, promovendo o aprimoramento da coordenação motora fina e da coordenação olho-mão, além de exercitar a força necessária para o movimento de pinça. O primeiro passo foi uma conversa com a professora da Sala de Recursos, que apresentou vários brinquedos e suas funcionalidades, orientando os estagiários a criarem este projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência proporcionada pelo Estágio Supervisionado permitiu perceber as inúmeras lacunas entre teoria e prática em relação à educação inclusiva. Ainda há muito a ser feito quanto ao ingresso e participação da criança com deficiência no ambiente escolar. O direito à educação precisa ser assegurado a todos os indivíduos nas diferentes etapas da educação básica, uma vez que a educação inclusiva permeia cada uma delas, especialmente a educação infantil. A inclusão deve ser praticada em todos os espaços escolares, acolhendo as crianças com deficiência e auxiliando-as para que vivam com dignidade, equidade e autonomia. Também é essencial que as leis sejam respeitadas e cumpridas obrigatoriamente.

O Estado deve garantir não apenas a inclusão da criança com deficiência, mas também implementar políticas públicas que subsidiem medidas para promover sua permanência e desenvolvimento, por meio da oferta de transporte público, investimentos na área da saúde, bem como na formação e capacitação de educadores. Profissionais devem ser motivados e atualizados para criar um ambiente que assegure a inclusão. A formação continuada, de fato, será válida não apenas para cumprir uma demanda de trabalho, mas também para que saibamos lidar cada vez mais com as diversidades, com um olhar sensível de empatia e profissionalismo.

Assim, observamos que ainda há muitos desafios na prática pedagógica dos docentes da educação infantil, e como isso prejudica a construção de uma proposta lúdica e inclusiva na educação. A formação continuada é fundamental para a promoção da educação infantil inclusiva, com métodos, materiais e brinquedos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento infantil. Para isso, o educador precisa adotar uma postura crítica, curiosa, humana e, sobretudo, consciente de sua inacabada formação, para garantir atualização constante e inclusão social permanente.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, L. M. de M. **Arte, Ludicidade e Educação: Interações Para (Re)Encontrar a Arte-Magia de Ensinar-Aprender**. 2018 (p. 1-8).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1998. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/89235>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996. BRASIL.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura. 1996.

KISHIMOTO, T. M. **Brincando, investigando e aprendendo ciências nos anos iniciais do ensino fundamental com brincadeiras científicas investigativas** **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2017.3,3 Mb; e-PUB.

KISHIMOTO, T.M. **O Jogo, a Criança e a Educação**. São Paulo: Editora Pioneira, 1994.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, Suely Amaral. **A formação teórica e o estágio na formação do professor de educação infantil: a prática sob o olhar da teoria**. Ensino Em Re-Vista. 23 de abril de 2014.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: o paradigma do século XXI. In: **Revista da Educação Especial**. Brasília. Secretaria de Educação Especial, v.1, n.1, outubro, p.

VYGOTSKY, L.S. **Problemas teóricos y metodológicos de la Psicología**. 1991b

_____. A brincadeira e o papel no desenvolvimento psíquico da criança. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 23-36, 2008 [1933]

_____. **Psicologia Pedagógica – edição comentada**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ZANATA, Eliana Marques; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **A prática de ensino e o estágio curricular supervisionado do curso de desafios e possibilidades**. Editora: Cultura Acadêmica. 2018.